

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

ENTRE A

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO

E O

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONDIÇÕES PARTICULARES DE CONTRATAÇÃO

Pelo presente instrumento de Contrato de Empréstimo que celebram a Corporação Andina de Fomento, doravante denominada “CAF”, representada neste ato por sua Representante na República Federativa do Brasil, senhora Moira Paz-Estenssoro, de nacionalidade boliviana, maior de idade e identificada com o Passaporte Boliviano No. 487002-LP, devidamente habilitada para este ato por Poder Especial conferido pelo senhor Enrique García, Presidente Executivo da Corporação Andina de Fomento perante a Embaixada do Brasil em Caracas, em 20 de outubro de 2011, por uma Parte; e por outra Parte, o Estado do Rio de Janeiro-RJ, doravante denominado “Mutuário”, representado neste ato pelo senhor Sérgio Cabral de Oliveira Filho, de nacionalidade brasileira, atuando na qualidade de Governador do Estado, devidamente autorizado, nos termos e condições a seguir expostos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Declarações

1. Mediante Resolução No. 1968/2011 de 29 de Novembro de 2011, a Diretoria da CAF aprovou o empréstimo de longo prazo a favor do Mutuário, com garantia da República Federativa do Brasil, destinado ao financiamento parcial do “Programa Obras Complementares do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro”. As Partes concordam em que tanto os desembolsos quanto a amortização somente poderão ser feitos em Dólares, de acordo com o estabelecido nas Cláusulas 8 e 9 das Condições Gerais de Contratação incluídas no Anexo “A” do presente Contrato.
2. O Mutuário solicitou à CAF um empréstimo para financiar parcialmente o “Programa Obras Complementares do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro”, doravante denominado “Programa”.



3. A CAF considerou que o Programa é elegível para o financiamento e, conseqüentemente, consentiu em aprovar o empréstimo em favor do Mutuário, sujeito aos termos e condições estipulados no presente documento.

CLÁUSULA SEGUNDA: Objeto do Empréstimo

De acordo com as cláusulas do presente Contrato de Empréstimo e sujeita às condições nelas estabelecidas, a CAF se compromete a emprestar ao Mutuário, sob a forma de mútuo, o montante indicado na Cláusula Terceira, e o Mutuário o aceita com a obrigação de utilizá-lo exclusivamente para financiar o Programa a ser executado no Estado do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, bem como a repagá-lo nas condições pactuadas neste Contrato de Empréstimo.

CLÁUSULA TERCEIRA: Montante do Empréstimo

De acordo com as cláusulas do presente Contrato, o empréstimo que a CAF concede ao Mutuário será de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de Dólares).

CLÁUSULA QUARTA: Prazo do Empréstimo

O empréstimo terá um prazo de até 15 (quinze) anos, incluído o Prazo de Carência de até 3 (três) anos, contado a partir da data da assinatura do presente Contrato.

CLÁUSULA QUINTA: Aplicação dos Recursos

O Mutuário concorda expressamente que os recursos do empréstimo serão destinados a financiar unicamente os seguintes itens: (i) custos diretos do Programa, incluindo custos ambientais e sociais; (ii) supervisão; (iii) auditorias; (iv) a comissão de financiamento; e (v) os gastos de avaliação do Programa, no valor de US\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América).

O Programa está descrito de forma detalhada no Anexo "B", parte integrante do presente Contrato.



CLÁUSULA SEXTA: O Órgão Executor

As funções do “Órgão Executor”, conforme indicadas no Anexo “A”, ficarão a cargo da Secretaria de Obras (SEOBRAS) do Estado do Rio de Janeiro por intermédio da estrutura técnico-administrativa coordenada pela Unidade de Gerência do Programa (UGP).

CLÁUSULA SÉTIMA: Prazo para Solicitar e Prazo para Desembolsar o Empréstimo

O Mutuário terá um prazo de até 6 (seis) meses para solicitar o primeiro desembolso, e de até 36 (trinta e seis) meses para solicitar o último desembolso do empréstimo. Esses prazos serão contados a partir da data de assinatura do presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA: Condições Especiais:

Os desembolsos do empréstimo estarão sujeitos ao cumprimento, por parte do Mutuário, de forma que a CAF considere satisfatória, das condições estabelecidas na Cláusula 5ª. do Anexo “A”, e das seguintes condições:

Prévias ao Primeiro Desembolso do Empréstimo:

Apresentar:

- i) Evidência de que a supervisão técnica e ambiental das obras do Programa que serão financiadas com recursos do empréstimo será executada por uma empresa independente e de reconhecido prestígio;
- ii) Evidência de um instrumento que comprove a existência de especialista em segurança industrial de polidutos, encarregado da coordenação e gestão deste tema, a serviço da UGP, durante a execução das obras;
- iii) Cópia da Licença Ambiental de Instalação (LI) que permitiu intervir no Bosque Nacional Mário Xavier e nas Áreas de Proteção Ambiental Rio do Retiro, do Rio D’Ouro e do Rio Guandú;
- iv) O mapa de risco ambiental da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, incluído no documento “Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro”;



- v) O Relatório de Aquisição de Prédios e de Realocações e Relocalizações, com um cronograma que viabilize o cumprimento programado das obras do Programa.

Durante o período de desembolsos do empréstimo:

1. Em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato de empréstimo, apresentar evidência da contratação de uma empresa independente, de reconhecida capacidade técnica, encarregada de realizar a auditoria externa do Programa, com o fim de auditar o cumprimento das condições do contrato de empréstimo e a utilização dos recursos do empréstimo em cada exercício financeiro.
2. Previamente ao início das obras dos projetos que serão financiados com recursos CAF, apresentar:
 - a. Evidência da contratação da Auditoria de Segurança Viária (ASV) das obras que serão financiadas com recursos do empréstimo CAF. Referida auditoria, cujo objetivo será conciliar a infraestrutura a condições de operação mais seguras, deverá gerar recomendações que serão incorporadas gradualmente, com antecedência ao início das obras.
 - b. Um relatório que evidencie que os processos de seleção das empresas participantes na construção, supervisão e auditorias do Programa cumpriram com a legislação brasileira e com as Políticas de Gestão da CAF. Para cada contratação, destacar no relatório: (i) valor do contrato, (ii) editais de licitação, (iii) termos de referência, (iv) critérios de seleção, (v) lista com o nome e o país de origem das empresas interessadas, (vi) resultado de pré-qualificação, (vii) resultado de seleção e (viii) cópia dos contratos.
 - c. Quando aplicável, evidência dos acordos e compromissos celebrados entre: (i) o Mutuário e a TRANSPETRO, no que se refere a interferência em polidutos; e (ii) entre o Mutuário e as Concessionárias Viárias/ANTT, no que se refere as vias existentes.
3. Previamente ao início das obras do Interseção Viária com a BR-040, apresentar os planos de gestão de tráfego previstos durante a obra para mitigar o impacto negativo sobre a mobilidade e a segurança viária. Estes planos deverão incluir a sinalização, os projetos de desvios, entre outros aspectos.



4. Apresentar evidência de que: (i) os aportes locais correspondentes à execução do Programa foram incluídos no orçamento anual do ano seguinte, durante o segundo semestre de cada ano; e (ii) dentro dos primeiros 60 (sessenta) dias de cada ano fiscal, foi aprovado o orçamento que contém a contrapartida local para a execução do Programa.
5. Ao atingir 60% (sessenta por cento) e 85% (oitenta e cinco por cento) dos desembolsos acumulados da CAF, apresentar evidência de que foi respeitada a condição do pari-passu do empréstimo e a contrapartida, na relação 60%-40%, de acordo com o Quadro de Usos e Fontes, do Anexo B.
6. Informar à CAF, para sua prévia avaliação e concordância, qualquer alteração significativa nas características do Programa, incluindo aspectos técnicos, sociais e ambientais que possam gerar alterações materiais não previstas durante a avaliação realizada pela CAF.
7. Quando ocorra um incremento de mais de 25% (vinte e cinco por cento) com relação ao orçamento inicial das obras relacionadas ao Programa, se deverá informar à CAF as causas que deram origem a este incremento, bem como as medidas tomadas para gerir seu financiamento.
8. Quando os desembolsos acumulados da CAF atingirem 85% (oitenta e cinco por cento), apresentar um documento que descreva como será feita a manutenção das obras do Programa quando estas entrarem em operação, indicando as entidades responsáveis e as fontes de financiamento.
9. Caso o prazo de execução das obras do Programa seja estendido além do estipulado no contrato de supervisão técnica e ambiental vigente, apresentar cópia de um novo contrato de características similares com uma empresa independente, de reconhecida capacidade técnica.
10. Cumprir com os seguintes requisitos em termos de relatórios sobre o avanço das obras do Programa, nos formatos que determine a CAF:
 - a. **Relatório Inicial:** Em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, apresentar, em formato digital, um documento que contenha as seguintes seções: (i) estrutura da UGP, identificação dos nomes e perfis de trabalho da



equipe designada para coordenar o Programa; (ii) atualização do orçamento do Programa, discriminando por atividade e, quando aplicável, de acordo com os contratos decorrentes das licitações (obra, supervisão, custos da UGP, da gestão ambiental e social); (iii) atualização do cronograma de execução física do Programa; (iv) atualização do cronograma de desembolsos, discriminado por fonte de financiamento; e (v) situação atual do contrato de supervisão e das obras dos Lotes 1, 2 e 3, do Segmento “C”, do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

- b. **Relatórios Semestrais:** Em até 45 (quarenta e cinco) dias depois do vencimento de cada período (junho e dezembro de cada ano), e durante o período de desembolsos do empréstimo e da contrapartida local, apresentar um relatório de evolução que contenha o seguinte: (i) a evolução físico-financeira e demais aspectos relevantes do Programa; (ii) a evolução da gestão ambiental e social da operação, incluindo, entre outras: (a) as medidas estabelecidas no Plano Básico Ambiental, a Licença Ambiental de Instalação (LI) e as autorizações ambientais pertinentes, caso se apliquem; e (b) a execução do orçamento ambiental e social do Programa.
- c. **Relatórios Anuais:** Em até 45 (quarenta e cinco) dias após 31 de dezembro de cada ano, durante o período de desembolso do Programa apresentar: (i) um relatório descritivo sobre a evolução das obras dos Lotes 1, 2 e 3 do Segmento “C” do Arco, destacando o progresso físico-financeiro e, informando que há recursos para a execução das obras; e (ii) o relatório de auditoria externa correspondente ao ano imediatamente anterior.
- d. **Relatórios de Supervisão:** Enviar à CAF, conforme estejam disponíveis, os relatórios realizados pela supervisão da obra no quadro de seus respectivos contratos.
- e. **Relatório de Encerramento:** Em até 90 (noventa) dias após a data do último desembolso do empréstimo da “CAF”, um relatório final do “Programa”, nos termos e condições previamente acordados entre a “CAF” e o Órgão Executor.
- e. **Outros:** Qualquer outro relatório solicitado pela CAF.

CLÁUSULA NONA: Reconhecimento de Investimentos e Gastos



A CAF, a pedido do Mutuário, poderá realizar o reembolso de investimentos e gastos do Programa efetuados com recursos próprios a partir da data da publicação da Recomendação nº 1.301, de 26 de agosto de 2011, no Diário Oficial de 3 de janeiro de 2012, da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX, até o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso. Esse reembolso não poderá exceder 20% (vinte por cento) do total do empréstimo, e será utilizado exclusivamente para reembolsar investimentos e gastos elegíveis pela CAF, correspondentes a obras e serviços executados que sejam parte do Programa, de acordo com o estabelecido no orçamento do Programa. (Quadro de Usos e Fontes do Programa, do Anexo “B”).

O Mutuário poderá requerer o reconhecimento de investimentos e gastos como recursos de contrapartida local, para despesas incorridas no período que se inicia 18 (dezoito) meses antes da data de publicação da citada Recomendação COFIEIX.

CLÁUSULA DÉCIMA: Amortização do Empréstimo

O empréstimo será amortizado pelo Mutuário mediante o pagamento de 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais, consecutivas e preferencialmente iguais, acrescidas dos juros no vencimento de cada uma das parcelas. O pagamento da primeira parcela semestral de amortização do principal efetuar-se-á após 42 (quarenta e dois) meses, contados a partir da data da assinatura do presente Contrato.

Havendo qualquer atraso no pagamento das parcelas de amortização antes mencionadas, a CAF terá direito de cobrar Juros de Mora, sem prejuízo de suspender as obrigações a seu cargo e/ou declarar vencimento antecipado do presente empréstimo, de acordo com o disposto nas Cláusulas 16 e 18 do Anexo “A”.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Juros

- (a) O Mutuário obriga-se a pagar semestralmente à CAF os juros sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável resultante da soma da taxa LIBOR para empréstimos de 6 (seis) meses, aplicável ao período de juros, mais a margem de 2,60% (dois vírgula sessenta por cento).



Do mesmo modo, será aplicado o estabelecido na Cláusula Décima Segunda das Condições Particulares de Contratação e no item 6.1, da Cláusula 6, do Anexo “A”.

- (b) Em caso de mora, o “Mutuário” obriga-se a pagar à “CAF”, os juros estabelecidos no item anterior, acrescidos de 2,0% (dois por cento) anuais, pelo período de atraso.

Do mesmo modo, será aplicado o estabelecido no item 6.2, da Cláusula 6, do Anexo “A”.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Financiamento Compensatório

Durante o período de 8 (oito) anos corridos a partir da data de início da vigência do presente Contrato, a CAF se obriga a financiar 80 (oitenta) pontos básicos da taxa de juros estabelecida na Cláusula Décima Primeira. Dessa forma, a margem citada no item (a) da Cláusula anterior corresponderá a 1,80% (um vírgula oitenta por cento). Esse financiamento será realizado com recursos do Fundo de Financiamento Compensatório. O prazo mencionado poderá ser ampliado, sujeito às disponibilidades desse Fundo e a critério da CAF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Comissão de Compromisso

O Mutuário pagará à CAF uma comissão denominada “Comissão de Compromisso”, por colocar à disposição do Mutuário o crédito especificado na Cláusula Terceira. Essa comissão será equivalente a 0,35% (zero vírgula trinta e cinco por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo. O pagamento dessa comissão será efetuado em Dólares, no vencimento de cada período semestral, até o momento em que cesse tal obrigação, segundo o disposto no último parágrafo desta Cláusula.

A comissão será calculada em dias corridos, com base num período de 360 (trezentos e sessenta) dias por ano.

A comissão será devida a partir do vencimento do primeiro semestre de vigência do presente Contrato de Empréstimo, e cessará, no todo ou em parte, na medida em que:



- (i) tenha sido desembolsada uma parte ou a totalidade do empréstimo; ou
- (ii) tenha ficado total ou parcialmente sem efeito a obrigação de desembolsar o empréstimo, de acordo com as Cláusulas 4, 14 e 16 do Anexo “A”; ou
- (iii) tenham sido suspensos os desembolsos por causas não imputáveis às Partes, conforme a Cláusula 17 do Anexo “A”.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Comissão de Financiamento e Gastos de Avaliação

O Mutuário pagará à CAF somente uma vez uma comissão denominada “Comissão de Financiamento” pela concessão do empréstimo. Essa comissão será equivalente a 0,85% (zero vírgula oitenta e cinco por cento) do montante indicado na Cláusula Terceira do presente Contrato, e será devida a partir do início da vigência deste Contrato de Empréstimo. O pagamento dessa comissão será efetuado, em Dólares, no mais tardar, quando se realize o primeiro desembolso do empréstimo.

Além disso, o Mutuário pagará diretamente à CAF a soma de US\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil Dólares a título de custo de avaliação. O pagamento dos custos de avaliação deverá ser efetuado em Dólares no momento em que ocorrer o primeiro desembolso do empréstimo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Publicidade

O Mutuário assume a obrigação de divulgar que o Programa está sendo executado com financiamento parcial da CAF e, para tanto, deverá coordenar com a CAF a colocação do nome e do logotipo que a identifique em todos os cartazes, avisos, anúncios, placas, publicações ou qualquer outro meio de divulgação do Programa, ou nos documentos convocatórios relativos à licitação pública de obras ou serviços correlatos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Garantia

Simultaneamente a este Contrato, a CAF e a República Federativa do Brasil, doravante denominada “Garantidor”, por meio de um representante autorizado,





Esplanada dos Ministérios, Bloco "K", 5º Andar
CEP-70040-906 Brasília - Distrito Federal- Brasil
Fax no. 00 55 (61) 2020-5006

A CAF e o Mutuário enviarão cópia de toda correspondência relativa à execução financeira do Programa para:

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Coordenação-Geral de Operações Financeiras da União
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P", 8º Andar
CEP-70040-900 Brasília - Distrito Federal - Brasil
Fax no. 00 55 (61) 3412 1740

E PARA O ÓRGÃO EXECUTOR:

Secretaria de Estado de Obras (SEOBRAS)
Rua México, 125 – 9º Andar –
Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-145
Tel/Fax: + 55 (21) 2333-0938

Secretaria de Estado da Fazenda
Avenida Presidente Vargas, 670 – 15º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20071-001
Tel/Fax: + 55 (21) 2334-4534

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Modificações

Toda modificação que se incorpore às disposições deste Contrato deverá ser feita de comum acordo entre a CAF, o Mutuário e o Garantidor por meio de carta ou por meio de aditivo, a critério da CAF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Arbitragem



Toda controvérsia que surja entre as Partes, decorrentes da interpretação ou da aplicação do presente Contrato, e que não se solucione por acordo entre as Partes, deverá ser submetida à decisão do Tribunal Arbitral, na forma estabelecida na Cláusula 29 do Anexo “A” deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Estipulações Contratuais e Jurisdição Competente

O presente Contrato de Empréstimo reger-se-á pelas estipulações contidas neste documento e pelo estabelecido nos Anexos “A” e “B”, que são partes integrantes deste Contrato . Os direitos e obrigações estabelecidos nos referidos instrumentos são válidos e exigíveis de acordo com os termos nele contidos.

As Partes se submetem à jurisdição do país do Mutuário, cujos juízes e tribunais poderão conhecer de todo assunto que não seja de competência exclusiva do Tribunal Arbitral, de acordo com o disposto na Cláusula 29 do Anexo “A” deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Prevalência entre os Documentos do Empréstimo

Em caso de discrepância, as condições estabelecidas no presente documento ou em suas posteriores modificações prevalecerão sobre aquelas contidas nas Condições Gerais de Contratação do Anexo “A”.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Vigência

As Partes concordam que o presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e encerrar-se-á com o cumprimento de todas as obrigações estipuladas no presente Contrato.



CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Anexos

São partes integrantes do presente Contrato, os seguintes anexos:

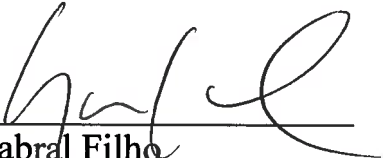
Anexo “A”: Condições Gerais de Contratação.

Anexo “B” : Descrição do “Programa”.

Anexo “C” : Contrato de Garantia.


As Partes, em comum acordo, assinam o presente Contrato de Empréstimo em 3 (três) vias originais no idioma espanhol e 3 (três) vias originais no idioma português (Brasil), sendo ambas de igual teor e forma, na cidade do Rio de Janeiro, aos 5 (cinco) dias do mês de dezembro de 2012.

p. Estado do Rio de Janeiro



Sergio Cabral Filho
Governador do Estado do Rio de Janeiro
Brasil

p. CAF



Moira Paz-Estensoro
Diretora Representante da CAF no

